

Agronegócios: perspectivas



Patricia Guarnieri
Magali Costa Guimarães
Karim Marini Thomé
(Organizadores)

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

**Reitora
Vice-Reitor**

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB



UnB | BCE

**Diretora da
Editora UnB**

Germana Henriques Pereira

**Diretor da
Biblioteca
Central**

Fernando César Lima Leite

**Comissão de
Avaliação e
Seleção**

Alex Calheiros
Ana Alethéa de Melo César Osório
Ana Flávia Lucas de Faria Kama
Ariuska Karla Barbosa Amorim
Camilo Negri
Evangelos Dimitrios Christakou
Fernando César Lima Leite
Maria da Glória Magalhães
Maria Lidia Bueno Fernandes
Moisés Villamil Balestro

Agronegócios: perspectivas



Patricia Guarnieri
Magali Costa Guimarães
Karim Marini Thomé
(Organizadores)

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Projeto gráfico e capa
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira
Fernanda Cordeiro de Carvalho

Portal de Livros Digitais da UnB
Coordenadoria de Gestão da Informação Digital

Telefone: (61) 3107-2687

Site: <http://livros.unb.br>

E-mail: portaldelivros@bce.unb.br



Este trabalho está licenciado com
uma licença Creative Commons [Atribuição-
NãoComercial-CompartilhaIgual4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A281 Agronegócios : perspectivas [recurso eletrônico] / Patricia
Guarnieri, Magali Costa Guimarães, Karim Marini Thomé
(organizadores). — Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2020.
397 p.

Formato PDF.

ISBN 978-65-5846-026-8

1. Agroindústria. 2. Agricultura familiar. 3. Sistemas
agroindustriais. 4. Cadeia agroalimentar. I. Guarnieri, Patrícia
(org.). II. Guimarães, Magali Costa (org.). III. Thomé, Karim Marini
(org.).

CDU 338:63 (81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 08

CAPÍTULO I

Representações sociais do conceito de Agronegócios 13
Priscila Brelaz da Silva, Magali Costa Guimarães, Marlon Vinícius Brisola

CAPÍTULO II

Trajetória institucional comparada: instrumento de análise em estudos sobre sistemas agroindustriais e territórios produtivos rurais 47
Marlon Vinícius Brisola

CAPÍTULO III

Evolução dos estudos sobre competências gerenciais no contexto do agronegócio 77
Sthefane Cristina de Lima Duarte, Maria Júlia Pantoja, Marlon Vinícius Brisola

CAPÍTULO IV

Agricultura orgânica e agronegócio: análise e impactos de tecnologias sustentáveis 108
João Paulo Guimarães Soares, Ana Maria Resende Junqueira, Matheus Boratto Nascimento Campos, Bruno Henrique Crespo Porto

CAPÍTULO V

Mercados como práticas e novas possibilidades de análise para o agronegócio 150
Karim Marini Thomé, Kahlil Marini Thomé

CAPÍTULO VI **170**
Princípios e emprego da análise de risco na segurança dos alimentos
Vânia Ferreira Roque-Specht

CAPÍTULO VII **193**
Caracterização de consumidores e atributos de mercado da cadeia produtiva de hortaliças orgânicas no Distrito Federal e entorno
Isaac Leandro de Almeida, Ana Maria Resende Junqueira, Cleidson Nogueira Dias

CAPÍTULO VIII **232**
Uma parte importante do movimento *slow food*: como as cafeterias de cafés especiais encontraram seu espaço entre o tradicional e o moderno
José Márcio Carvalho

CAPÍTULO IX **251**
Condomínios de armazéns rurais: uma breve caracterização com enfoque logístico
Amanda Cristina Gaban Filippi, Patricia Guarnieri

CAPÍTULO X **287**
Redes sociais rurais: análise da gestão coletiva em projetos de assentamento de reforma agrária
Raquel Aparecida Alves, Maria Júlia Pantoja, Sergio Ricardo Franco Vieira

CAPÍTULO XI **324**
Análise dos canais de distribuição de plantas alimentícias não convencionais (Panc) em seis feiras do Distrito Federal
Juliana Martins de Mesquita Matos, Ana Maria Resende Junqueira, Alda Mieke Rocha Kimura Vidal

CAPÍTULO XII

Sistema privado de inovação tecnológica agropecuária no Brasil

Antônio Maria Gomes de Castro, Suzana Maria Valle Lima,

Luís Fernando Vieira, Eduardo Paulo de Moraes Sarmiento,

Camille Gonçalves Bruno de França

352

SOBRE OS AUTORES

391

Trajetória institucional comparada: instrumento de análise em estudos sobre sistemas agroindustriais e territórios produtivos rurais

Marlon Vinícius Brisola

Introdução

A proposta deste capítulo consiste em arregimentar teorias e modelos analíticos que permitam uma discussão e consequente aplicação em estudos de Sistemas Agroindustriais e Territórios Rurais. Como se sabe, os estudos em torno dos Agronegócios e seus Sistemas Agroindustriais se apropriaram fortemente, nas últimas duas décadas, de abordagens analíticas em torno da Nova Economia Institucional (NEI) e da Teoria das Organizações (TOI) (ZYLBERSZTAJN, 2000; FARINA, 1999), entre outras teorias próximas às abordagens econômicas. O fato de o conceito de Agronegócio ter sido concebido por Davis e Goldberg (1957) como produto de uma concepção sistêmica permitiu aos diversos pesquisadores ampliar sua capacidade de análise para além dos muros da Economia, trazendo à luz entendimentos os mais diversos, numa concepção interdisciplinar (ou multidisciplinar). Estudos nos campos da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento, das políticas públicas, das estratégias empresariais, das questões trabalhistas, do bem-estar

animal, da qualidade do alimento e do comércio internacional são alguns dos muitos exemplos que se maturaram na literatura nacional e internacional recente, permeando ou fazendo profundas conexões da abordagem dos Agronegócios com outros campos do saber.

A compreensão do Agronegócio como campo de investigação reabre oportunidades para indagações e respostas que vão além de sua base etimológica relacionada aos negócios dentro de um contexto agrário. Na verdade, o Agronegócio refere-se a um objeto passível de ser analisado em uma dimensão multidisciplinar, em que a perspectiva relacional tem o homem e seus “negócios” como contexto, e a produção agropecuária como referência. Por conseguinte, é passível entender que todas as áreas da ciência, sobretudo as humanas e as sociais, encontram no agronegócio um campo fértil para ampliar os seus limites.

Partindo desse princípio, e reduzindo o homem à concepção de ator social, torna-se possível encontrar explicações que justifiquem tal “fertilidade”, visto que é entre os homens, em sociedade, que emergem as demandas, as trocas, a acumulação e a escassez; por conseguinte, o comércio, as estruturas de poder, os sistemas políticos. Não obstante ao contexto humanístico e socioeconômico levantado, observa-se a referência em torno da produção agropecuária (o “agro”) fazendo conexão entre estes campos e aqueles das ciências naturais. Confirma-se, portanto, a universalidade de possibilidades de investigações que tal base empírica oferece, tendo, certamente, o homem como centro.

Posto isso, torna-se mais cômodo discutir o Agronegócio e os Sistemas Agroindustriais numa perspectiva mais humanista e social – como campo das Ciências Sociais. Nesse caso, a inter-relação entre agentes dos diferentes Sistemas Agroindustriais e a Sociedade¹ em que

¹ Por Sociedade, Ferreira (2004, p. 1865) entende ser o “Conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência do grupo”.

elas se inserem confere oportunidades mais amplificadas de identificar limitações e/ou vantagens de mercado em favor das organizações que integram o próprio Sistema Agroindustrial e os Territórios onde elas se localizam e/ou influenciam. Essa inter-relação, sobretudo, possibilita a construção de instituições formais e informais, que vão particularizar o Sistema, dando-lhe uma identidade. A Constituição Institucional derivada dos atores sociais representa essa identidade.

Neste estudo, admite-se a importância dos estudos que identificam a construção (trajetória) da Constituição Institucional de um determinado Território ou Sistema Agroindustrial como meio para a interpretação do seu sucesso ou fracasso no tempo. Busca-se, com isso, agregar o tempo (trajetória) como um componente fundamental ao diagnóstico organizacional, tecnológico, comercial (etc.) do objeto em estudo. Amplia-se a discussão e o entendimento quando se propõe a lógica do estudo comparado. Sendo assim, utilizar a *Análise Histórico Comparativa de Casos* como método de estudo amplifica a capacidade de compreensão tanto no contexto espacial quanto temporal.

Neste capítulo, portanto, é intenção apresentar uma metodologia de estudo do Agronegócio em que se desenvolve uma análise comparada das instituições e organizações dos Sistemas Agroindustriais presentes nos Territórios Produtivos Rurais. São, inicialmente, contextualizadas as principais teorias e conceitos que encerram tal proposição; em seguida, são apresentadas as premissas e etapas da aplicação do método; e, por fim, são apontados alguns estudos já realizados, usando tais princípios metodológicos.

A socioeconomia e a análise institucional

As instituições e a sua relação com os mercados têm sido alvo de estudos por economistas e sociólogos, além de administradores e outros cientistas sociais. Esse alvo pode ser compreendido como o “espaço” (não necessariamente físico) no qual os atores manifestam seus interesses, utilizando a racionalidade para tirarem maior proveito sobre seus “oponentes”. Embora a Nova Economia Institucional tenha sido uma das abordagens mais utilizadas para explicar esses fenômenos e as características comportamentais de seus agentes, nas últimas décadas, recentemente outros aportes teóricos têm se valido para explicá-los.

Fligstein e Dauter (2007) são uns dos que contestam a simplicidade da Nova Economia Institucional e apresentam outra abordagem analítica, apoiada na Sociologia Econômica, como mais adequada para o entendimento das relações entre as estruturas sociais (sejam elas, indivíduos, firmas ou instituições). Para eles, o estudo dessas relações, numa perspectiva sociológica, é mais adequado para a compreensão de como os componentes solucionam, de forma eficiente, os problemas que determinam o mau funcionamento dos mercados (BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

Na última década, a Sociologia Econômica tornou-se importante referencial teórico para os cientistas sociais interessados em compreender e explicar a “imersão” social presente nos fenômenos econômicos das sociedades contemporâneas. A partir do estudo seminal de Granovetter (1985), que renunciou a tese do *embeddedness*, avanços no debate em torno do comportamento das sociedades, empresas e Estado permitiram atribuir às instituições uma atenção e uma responsabilidade sobre os fenômenos econômicos sempre antes creditados à racionalidade econômica dos agentes. Conforme reproduzem Smelser e Swedberg (2005), aproximações entre mercados e instituições permitiram a maior compreensão sobre o

conhecimento da vida econômica, sobretudo por adicionar ao campo analítico condicionantes socioculturais e político-institucionais.

Numa análise sobre a visão institucional dos mercados, é necessário estabelecer uma relação entre eles (os mercados) e a ação social, numa perspectiva weberiana. Weber (2000) argumenta que os mercados são resultados de uma ação social. Segundo ele, a ação social é orientada pelo comportamento de terceiros, seja em que tempo for (passado, presente, ou mesmo esperado como futuro). Logo, o fato de haver a participação de ‘um outro’ de forma intencional já caracteriza uma ação social. Entender os mercados sobre esse ponto de vista implica reconhecê-los como inerentes à necessidade humana de interação com o outro, como elemento integrador e racionalmente estabelecido a partir da necessidade de compartilhamento social do indivíduo (firma) com o outro (BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

Beckert (2007), ao identificar os mercados como uma arena de interação social, corrobora com a ideia de que eles sejam promotores de uma estrutura social e de uma ordem institucional voltadas para a troca voluntária de direitos por meio de bens e serviços. Segundo ele, os mercados estão sujeitos a três questões relacionadas à interação social, quais sejam o valor, a competição e a cooperação. Nesse processo de troca voluntária, os atores participantes de um dado mercado buscam obter vantagens individuais e/ou coletivas, criam produtos, desenvolvem processos e estabelecem regras, instituições (BRISOLA, 2013).

Ao se abordar as instituições, vale considerar duas perspectivas para a análise institucional: a Evolucionária e a Institucionalista. Hodgson (2007) destaca que há diferenças e comenta sobre a extensão da transformação analítica de ambas.

Ainda para Hodgson (2004), a perspectiva evolucionária tem relação com a abordagem Socioeconômica. Nela, busca-se melhor compreender

as causas sociais que movem a transformação institucional ao longo do tempo. A intencionalidade humana (Racionalidade) é compreendida como real e presente no “Darwinismo Econômico” e conserva a ação racional do agente. Logo, pode-se inferir a “Dependência de Trajetória” (*Path dependence*) na abordagem Evolucionária, ou seja, há um sequenciamento de fatos – indutores de normas e leis – que caracterizam a evolução institucional em uma dada sociedade.

Por outro lado, Thelen (2004) e Streeck e Thelen (2005) são defensores da abordagem Institucionalista. É por meio dessa abordagem que se torna possível avançar na compreensão sobre o Institucionalismo Histórico e perceber como as instituições se transformam (se complementam). Campbell (2011, p. 2) entende a complementaridade institucional como sendo “a interdependência de influências institucionais sobre o comportamento das pessoas”. Para ele, “quanto maior o grau de complementaridade institucional, maior será a performance econômica”. O entendimento sobre as mudanças e complementaridades institucionais permite a melhor compreensão dos movimentos do capitalismo, dos processos de industrialização e da configuração política e social em diferentes economias – indicando, inclusive, a impossibilidade de entender as diferenças entre as economias e as sociedades. A análise Institucionalista favorece ainda a ampliação do foco e a minimização das idiosincrasias produzidas a partir de uma visão genérica da economia (BRISOLA, 2013).

Torna-se fundamental, portanto, utilizar a abordagem Institucionalista para a compreensão das razões e dos efeitos gerados pelas mudanças nas instituições (produto dos costumes e tradições), e como essas mudanças afetam no desenvolvimento de um país, de uma região, ou de uma firma, compreendidos aqui como “Sociedade”.

A abordagem Institucionalista discute instituições, compartilhando a ação do indivíduo (Individualismo Metodológico) ao projeto de

construção institucional. Sob essa perspectiva, os cientistas sociais avançaram no uso da abordagem Institucionalista, alegando que as alterações não ocorrem somente ao nível das instituições, mas indicando que os indivíduos também se modificam, pois modificam também os seus interesses ao longo do tempo. Com a evolução dessa abordagem, permitiu-se incrementar atributos metodológicos em sua concepção, partindo-se da escolha racional para as perspectivas histórica e sociológica e, por fim, para a análise discursiva (ou construtivista). Enquanto a escolha racional (como o próprio nome indica) sugere uma derivação lógica dos interesses dos agentes, a perspectiva histórica decorre de contingências oriundas da trajetória das instituições políticas.

Numa dimensão mais além, o Institucionalismo Sociológico, segundo Schmidt (2011), atribui às normas e aos padrões sociais e culturais aderentes os elementos responsáveis pela construção das instituições políticas dos agentes. Por fim, o Institucionalismo Discursivo considera a lógica da comunicação como a responsável pelo processo de generalização, deliberação e legitimação das ideias sobre a ação política no contexto institucional (BRISOLA, 2013).

Embora Scott e Christensen (1995) e Thelen (1999) acreditassem que a contribuição dos Institucionalismos Sociológico e Histórico, respectivamente, viessem a responder muitas das questões proferidas pelos cientistas sociais – pois se encontravam, por meio deles, a explicação para os conflitos estruturais e políticos de muitas realidades econômicas e políticas –, a perspectiva de Schmidt (2011), em torno do Institucionalismo Discursivo, mais contemporâneo, revela que essa dimensão analítica sobrepõe às demais e impele, por meio do discurso, a interpretação da representação de ideias reproduzidas na manifestação latente (comunicacional) dos agentes sociais. Além do discurso e suas ideias, a vertente Institucionalista Discursiva propõe

uma análise mais ampla, identificando novas regras, valores e práticas implícitas no contexto institucional. Ele explica o que nem sempre pode ser apresentado pelo Institucionalismo Histórico, seguindo a lógica da decodificação da comunicação (SCHMIDT, 2006, 2008).

A dicotomia conceitual entre a ação econômica racional e a subjetividade de uma ação social (em uma dada sociedade) pode ser interpretada como a lógica que conduz os movimentos de grupo nas sociedades capitalistas. Para melhor entendimento sobre essa dualidade, Swedberg (2004, 2005) retoma P. Bourdieu e o conceito de *habitus* para alertar aos sociólogos e economistas que a questão dos “interesses” passa por ambas as concepções, sem, contudo, estar exclusivo a nenhuma delas. Para ele, no contexto social, os interesses representam forças que estão além do individual e são socialmente construídos e concretizados por meio das relações sociais (BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

Para Sousa Filho, Guanziroli e Buainain (2008), os estudos dos Sistemas Agroindustriais (SAGs) ganham com a aplicação da teoria de redes, pois se permite, neles, incorporar as ações coletivas aos compostos de *marketing* e às condicionantes políticas que favorecem o entendimento sobre o funcionamento dos mercados (BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

Particularmente, no que tange à discussão em relação aos Sistemas Agroindustriais, Batalha e Silva (2007, p. 18) entendem que dois aspectos são elementares, e que dizem respeito a “uma coleção de elementos” e a “uma rede de relações funcionais”, que juntas objetivam um mesmo propósito. Para esses autores, os SAGs são modelos de estruturas sociais que utilizam a mobilização e os interesses dos agentes em rede para alcançarem ganhos econômicos.

Sistemas Agroindustriais e Território Produtivo Rural

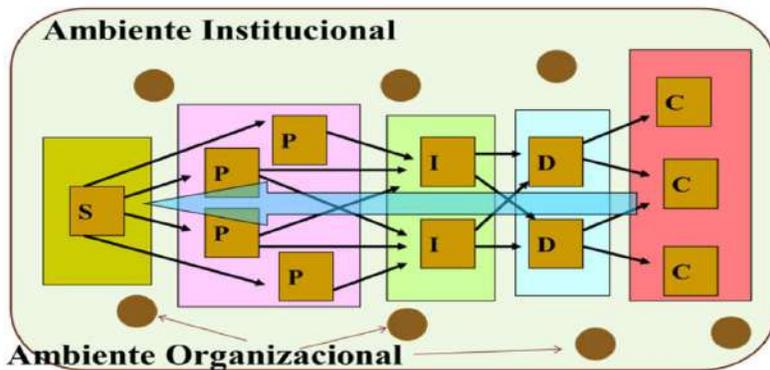
Davis e Goldberg (1957) definiram Agronegócio (*Agribusiness*) no fim dos anos 50 e compartilharam suas interpretações com o mundo científico da época, de forma complementar ao que os franceses (Escola de Economia Industrial Francesa) entenderam como Cadeias Produtivas (ou Cadeias de Produção Agroindustrial), a partir dos postulados sobre a *Análise de Filière*. Essa teoria, segundo interpretam Brisola e Espírito Santo (2003), defendia, tal qual a postulada pelos pesquisadores americanos, que a produção agrária dever-se-ia estabelecer como princípio de uma sequência de operações (desenvolvidas por diversos agentes) e que visasse atender ao consumidor final em suas necessidades básicas alimentares. A relação entre os agentes seria de interdependência ou de complementaridade, estabelecida por meio de forças hierárquicas (ZYLBERSZTAJN,2000).

O modelo desenvolvido por esses autores estabelecia uma cadeia de produção, na qual os componentes estavam representados pelos agentes, representantes dos setores produtivos (indústrias de insumos e o setor de produção primária), dos setores de processamento (agroindústria) e de distribuição (atacadistas e varejistas). Os fluxos de materiais e de capital, em sentidos opostos, estabelecem as relações entre os componentes (organizações).

Brisola e Espírito Santo (2003) relembram Zylbersztajn (2000), que descreve um SAG (Sistema Agroindustrial) como uma rede de relações (*networks*), onde os agentes disputam de forma isolada, ou de forma integrada, as melhores oportunidades de oferta de seus produtos aos seus clientes. Os agentes (componentes) da cadeia de produção – estrutura central do SAG – são estudados a partir do consumidor final, seguido pelo varejo, atacado, agroindústria, produção primária e indústria de suprimentos. Complementa o modelo a existência de dois ambientes

que interagem e dão suporte ao sequenciamento de agentes da cadeia: os ambientes organizacional (organizações que interagem com a cadeia) e institucional (normas, leis, tradições, costumes) (BATALHA; SILVA, 2007; BRISOLA; ESPÍRITO SANTO, 2003) (figura 1).

Figura 1: Modelo de Sistema Agroindustrial



S: empresas fornecedoras de suprimentos agropecuários; P: produtores rurais; I: agroindústrias; D: organizações responsáveis pela distribuição de produtos transformados; C: consumidores. As esferas na periferia da figura representam as organizações do ambiente macroeconômico ou organizacional.

Fonte: Adaptado de Brisola.²

O ambiente organizacional é composto “por um conjunto de organizações públicas e privadas que apoiam o funcionamento de uma cadeia, sobre todos os grupos de atores sociais das cadeias produtivas” (LIMA *et al.*, 2001, p. 26). Tais organizações não participam diretamente dos propósitos transacionais da cadeia, mas interferem em seu funcionamento. As empresas que participam desse ambiente são organizações de crédito; assistência técnica; extensão rural; serviços de informação; ciência e tecnologia; centros de ensino e

² Palestra proferida por Marlon Vinícius Brisola com o título “Territorios rurales competitivos: desafios y estrategias” no VII Simposio en Agronegocios, Universidad La Salle. Bogotá, em 27 out. 2016.

pesquisa; etc. O ambiente institucional, por sua vez, faz-se representar por um conjunto de normas, leis, regras e costumes que influenciam, ou determinam, os princípios de funcionamento dos fluxos da cadeia de produção (BRISOLA; ESPÍRITO SANTO, 2003).

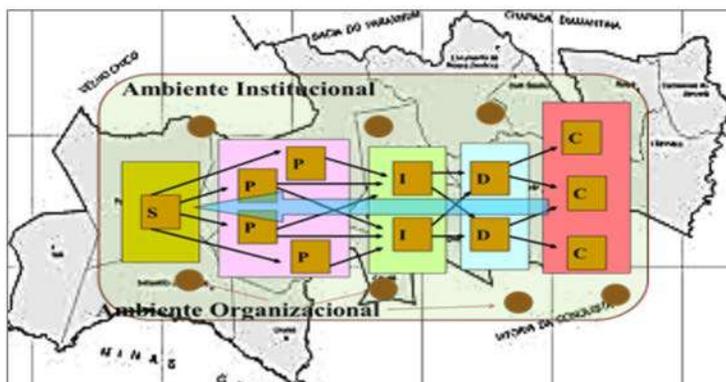
A conexão que estabelecem os atores envolvidos nos Sistemas Agroindustriais com a “terra” (elemento espacial relacionado à natureza produtiva) determina aproximações entre as relações interfirmas e o próprio Território. Para Boisier (1995), o conceito de região (Território) como quase-Estado remete à necessidade de impor uma visão política do desenvolvimento regional. Para ele, questões relacionadas à estrutura social de uma dada região estão em conformidade com a forma de funcionamento da sociedade – o que contrasta com as visões economicistas do passado e remete à visão de Território como uma “quase-empresa”, passível de gerar políticas, de executar um planejamento estratégico e de contrair ganhos.

Particularmente, são nos Territórios que são conformadas as identidades (particularidades) dos agentes que compõem os Sistemas Agroindustriais, especialmente nos elos que concernem às produções rurais – em caso de Cadeias de Produção Longas – ou integralmente – no caso das Cadeias Curtas.

Nessa perspectiva, é possível entender a aproximação entre Território e Trajetória Institucional, uma vez que o primeiro abriga fisicamente componentes (pessoas e organizações) que constroem, por meio das relações sociais, os elementos que, ao longo do tempo, irão constituir a Trajetória Institucional da sociedade que a integra. Os Sistemas Agroindustriais que integram ou ‘perpassam’ o Território se apoderam dessa Constituição Institucional e reproduzem uma configuração própria. Os elementos que representam tal configuração podem gerar impulsos ou restrições ao funcionamento desse SAG.

Na figura 2, a seguir, a partir de uma sobreposição de imagens (o SAG sobre um hipotético território), busca-se propor que a interpretação sistêmica implica a conjugação de fatores tanto de um como de outro. Deve-se, contudo, lembrar que, não necessariamente, um estará dentro do outro. Um território poderá abrigar apenas parte de um SAG, ou não.

Figura 2: Sobreposição de imagens: SAG sobre um Território



S: empresas fornecedoras de suprimentos agropecuários; P: produtores rurais; I: agroindústrias; D: organizações responsáveis pela distribuição de produtos transformados; C: consumidores. As esferas na periferia da figura representam as organizações do ambiente macroeconômico ou organizacional.

Fonte: Adaptado de Brisola;³ Igaporá (2017).

Perceber a ligação entre Agronegócio, Sistemas Agroindustriais e Território Produtivo Rural implica associar as bases de produção rural com os diversos sistemas que as aproximam dos mercados. A dependência – ou a associação – da atividade rural com os seus respectivos mercados estabelece a sobrevivência dos diversos componentes que os integram.

³ Palestra proferida por Marlon Vinícius Brisola com o título “Territórios rurales competitivos: desafios y estratégias” no VII Simposio en Agronegocios, Universidad La Salle. Bogotá, em 27 out. 2016.

A socioeconomia, os mercados e os sistemas agroindustriais

Especificamente, no campo dos Agronegócios, as relações entre os diversos atores presentes nas Cadeias de Produção Agroindustriais revelam especificidades e diversidades que os diferenciam entre si e de outros setores da economia. Essas especificidades redundam da natureza dos produtos e dos processos que envolvem a estrutura organizacional das diferentes firmas; da importância social diferenciada promovida pelos diferentes produtos; e da natureza econômica dos diferentes elos que as compõem. Ressaltam-se aqui as fragilidades estrutural e econômica em que o elo representado pelos produtores rurais possui – principalmente pela exposição às inúmeras variáveis de baixo controle (efeitos do clima, pragas e preços não controlados de insumos e produtos) e por se posicionarem entre oligopólios e oligopsônios. A dependência para com o espaço rural reflete uma singularidade que condiciona os estudos em torno dos Sistemas Agroindustriais (SAG) a uma análise nível de Território (seja esta, num contexto micro, meso ou macro).

O certo é que a compreensão sobre a eficiência, a competitividade ou alguma outra característica social, política ou econômica de um determinado SAG passa pela identificação das peculiaridades inerentes ao Território (ou Territórios) em que este atua e pelas instituições que determinam sua existência e o funcionamento de suas redes sociais.

A configuração dos Sistemas Agroindustriais está diretamente relacionada aos elementos que constituem ou formam os seus mercados. É comum atribuir ao consumidor (ou ao cliente-comprador) a máxima de que ele “está com a razão” ou que “o seu desejo deve ser atendido”. Essas expressões, quando bem compreendidas, fortalecem os mercados, pois condicionam a produção a oferecer o que o comprador de fato quer comprar. Traduzindo isso para o propósito em discussão, pode-se

concluir que os mercados conformados pelo dinamismo de um SAG, em um dado Território, correspondem à maior eficiência dos atores sociais (agentes) em produzir o que se deseja comprar. O Território, neste caso, muitas vezes, impera particularidades que imprimem uma marca – a sua marca – gerando competitividade .

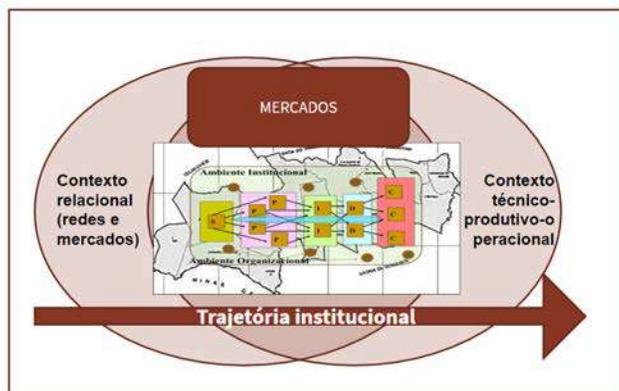
Dentro de uma perspectiva sociológica, a busca da relação causal em prol da competitividade encerra-se nos agentes econômicos envolvidos no setor e estruturados coletivamente. Acredita-se que as ações empresariais do setor privado não são unicamente as responsáveis pelo desempenho diferenciado de uma determinada indústria, mas que a diferença entre o desempenho alcançado pelos territórios é reflexo da evolução do *embeddedness* local (GRANOVETTER, 1985; BRISOLA; BOTELHO FILHO, 2010). Para tanto, acredita-se que a busca de se entender as relações entre os agentes coletiva e localmente organizados, mormente (neste caso) os produtores rurais, os intermediários comerciais, os empresários industriais, as organizações de classe e o Estado (nas esferas local, estadual e Federal) presentes no contexto competitivo regional e como estas relações contribuem para o desenvolvimento econômico de um dado setor produtivo em uma determinada região.

Frente ao descrito acima, pode-se inferir que a conjugação de interesses e potencialidades (sejam estas técnicas, produtivas ou conjunturais) compromete na eficiência dos processos e, conseqüentemente, na competitividade do(s) SAG(s) e do Território. Certamente, são também estes influenciadores do sistema. Para tanto, a configuração da rede (network) local descreverá maior ou menor poder das instituições sobre os mercados.

Em suma, é fundamental conjugar todos esses elementos, compreendendo as relações existentes nos contextos relacional (redes e mercados) e técnico-produtivo e operacional das organizações presentes no

SAG (e no Território), e os seus efeitos sobre os mercados. Neste propósito, a análise da trajetória institucional detém fundamental importância.

Figura 3: Resumo gráfico do Sistema de relações entre o SAG e o Território



A proposição metodológica

Como forma de ampliar a busca de informações em torno da eficiência dos mercados em Sistemas Agroindustriais e, por conseguinte, encontrar vantagens comparativas em seu desempenho competitivo, propõe-se a aplicação de um método que permita associar os diversos elementos sob análise. Trata-se da *Análise Histórico Comparativa de Casos* – uma variação da Metodologia QCA (*Qualitative Comparative Analysis*), estruturada e aplicada inicialmente por Brisola (2013), em estudo realizado com associações empresariais argentinas e brasileiras e sua relação com o Estado em meados do século XX.

Para tanto, a coleta de dados se faz por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas a atores de relevante interesse ao que se busca identificar, bem como a utilização de produtos de divulgação de informações (fontes secundárias ou documentais) que atentam para o

objeto especificamente analisado – o que caracteriza o tipo de pesquisa também como documental.

Busca-se identificar, tal como na Técnica QCA, o grau de necessidade e suficiência decada um dos elementos dessas variáveis em confronto com os parâmetros correspondentes aos sinais de competitividade e eficiência. Complementa-se a essa ferramenta a utilização de uma Matriz Booleana que organiza as informações encontradas, associando mudanças estruturais e institucionais aos períodos correspondentes à trajetória de cada território (ou SAG) analisado, classificados como casos temporais.

Num resgate teórico sobre a proposta, vale considerar as manifestações de Mahoney e Reuschmeyer (2006), quando argumentam que os estudos que utilizam métodos histórico-comparativos apoiam-se em fatos históricos e elementos teóricos para desenvolverem e refinarem conceitos, além de identificarem e avaliarem argumentos causais (BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

A comparação, nessa proposta, é feita entre territórios e entre períodos cronológica e politicamente extraídos de um intervalo de tempo. Cada um dos subperíodos constituiu um caso a ser comparado. Para Ragin (1987, 1992), os casos devem permitir a criação de padrões a partir da comparação, favorecendo a interpretação. Os estudos baseados na análise de casos, segundo esse autor, demandam da associação e da combinação desses padrões previamente estabelecidos. Ele argumenta que a produção de conhecimento, nesse contexto, tem de ser orientada de forma generalizada a partir das evidências conceituais (BRISOLA, 2013; BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

Ao se resgatar orientações sobre a perspectiva histórico-comparativa, Mahoney e Terrie (2008) sugerem alguns atributos associados. Segundo eles, destaca-se o fato de que as pesquisas dessa natureza devem ser modeladas temporalmente, por meio da explicação do sequenciamento

dos processos de mudança que afetam a variável dependente e/ou o processo de análise dos efeitos da trajetória sobre os acontecimentos. Tais aspectos devem ser analisados com base no suporte teórico e com o efeito causal dos mecanismos intracasos. A segmentação espaço-temporal permite criar, em um ou mais territórios, os meios para evidenciar como e quando ocorreram diferenças institucionais e os seus efeitos sobre a eficiência do SAG no referido território. A partir da segmentação realizada, permite-se efetuar a comparação entre os casos (BRISOLA, 2013; BRISOLA; GUIMARÃES, 2015).

A comparação entre os casos é realizada a partir do enquadramento de variáveis explicativas (independentes) – a serem evidenciadas em função do objetivo do estudo.

Uma vez identificadas (nos recortes textuais da pesquisa documental ou nas entrevistas) as informações que categorizam as variáveis explicativas, em cada caso, são classificadas de acordo com a intensidade em que se apresentam. A demonstração dessa intensidade é expressa de forma quantitativa, sendo (por exemplo):

- Ausência de manifestação da variável no caso: (1)
- Baixa manifestação da variável no caso: (2)
- Elevada manifestação da variável no caso: (3)

Com essa escala de intensidade, torna-se possível dimensionar o grau de importância (ou influência) das instituições em cada caso. Da mesma forma, são apontados quantitativamente os resultados (variável resposta) dos propósitos do referido setor produtivo – seja em quantidade, qualidade ou em alguma outra característica de mercado que reflita o interesse do estudo. Esse resultado, representativo de cada caso, permite avaliar a influência de cada uma das variáveis explicativas, isoladas ou de forma conjunta (indicativo de sua suficiência ou necessidade) para o alcance dos resultados apresentados. A análise

do Grau de Cobertura Proporcional (GCP) ou índice que representa a média ponderada dos indicadores apresentados também permite uma análise referencial entre as variáveis explicativas e a variável resposta. Uma Matriz Booleana permite a apresentação sintética e organizada dos achados de pesquisa.

Em estudos sobre a eficiência de um determinado SAG e/ou Território, os resultados comumente analisados estão relacionados ao desempenho da produção (em quantidade ou qualidade), da eficiência ou desempenho de uma unidade produtiva (ou conjunto de unidades regionalmente localizadas), ou mesmo de outro parâmetro passível de ser mensurado quantitativamente. Nesses casos, o encontro de uma resposta binária, onde “zero” indica uma baixa performance (inferior à média) e “um” indica uma melhor performance (superior à média, por exemplo), pode ser utilizado e favorece a melhor interpretação dos resultados.

Certamente, causas espúrias, que não o objeto em análise, podem influenciar no resultado. Contudo a apreciação dos resultados parciais e o confronto entre os casos permitem mostrar indicativos para a formulação de hipóteses.

De forma complementar, o uso de gráficos (de barras ou linhas) são importantes para a análise comparativa. É possível, por meio deles, avaliar comparativamente o desempenho e evolução das variáveis, intra e entre casos. De forma aplicada, os gráficos representam meios adicionais, visuais, passíveis de que sejam tiradas conclusões isoladas (por Território – quando comparados mais de um Território, ou por período) ou comparadas (entre territórios ou momentos específicos).

Alguns exemplos

Muitas são as possibilidades de estudos que podem ser aplicados a essa proposta teórico-metodológica. A sua principal característica repousa no fato de que o tempo (apresentado sob a forma de trajetória institucional) é analisado como casos (segmentos) e permite ao pesquisador estabelecer parâmetro de comparação de variáveis e dimensões.

Alguns estudos recentes apresentam a versatilidade na aplicação do método. A seguir, são apresentados três estudos que se basearam em conceitos e desenvolveram modelos próprios para a coleta e análise de dados utilizando os princípios da Análise Histórico Comparativa de Casos.

O primeiro estudo tem como título “Mudanças Processuais no Sistema de Produção de Bovinos de Corte e o Correspondente Impacto Ambiental: uma análise de trajetória”, de autoria de Julhana Dias Fachineto. Trata-se de uma pesquisa que se propôs analisar os avanços nas pesquisas brasileiras quanto aos métodos e técnicas adotadas no sistema produtivo da carne bovina, no decorrer dos últimos 25 anos, buscando identificar as mudanças que ocorreram em prol da minimização do impacto ambiental da atividade (em emissão de Gases de Efeito Estufa) no meio em que atua. O Território em questão é o que a autora denominou como “Brasil Central” (envolvendo os principais Estados brasileiros produtores de bovinos para corte), e a fonte de dados (documentos) colhidos foram publicações do Centro de Pesquisa em Pecuária de Corte da Embrapa, em Campo Grande, MS. Os casos considerados foram recortes em intervalos de tempo de 5 anos (FACHINETTO, 2015).

O segundo estudo, intitulado como “Ação de Proteção comparada do Estado Brasileiro para o agronegócio entre o início do século XX e o período recente”, foi desenvolvido por Yasmin de Carvalho Filiú Braga. Neste, a autora considerou como Território toda a nação brasileira, mas

utilizou como objeto de pesquisa a participação do Estado nos processos de produção e comercialização de café, soja e carnes. A análise do primeiro produto dista dos demais por um lapso de tempo de cem anos; ou seja, a comparação de dois casos (BRAGA, 2016).

O terceiro exemplo trata-se de uma análise em Territórios Produtivos Rurais na Colômbia: “Análise Histórico Comparativa da Helicicultura na Colômbia”. Sua autora, Leydy Evonne Lopez Palechor, objetivou, em seu estudo, analisar organizacional e institucionalmente a cadeia da Helicicultura⁴ na Colômbia de forma comparada, em dois períodos de sua existência no País: 2003 e 2013, buscando identificar os fatores determinantes que levaram a uma redução na produção de caracol no País ao longo do intervalo entre esses períodos. Para isso, foram consultados documentos públicos de instituições envolvidas nos processos de produção da atividade e realizadas entrevistas com atores importantes de sua cadeia produtiva (PALECHOR, 2016). O quadro 1, a seguir, apresenta as diferenças metodológicas mais importantes, entre outras características, dos três trabalhos supracitados.

⁴ Helicicultura: produção de caracóis de terra comestíveis.

Quadro 1: Diferenças metodológicas e outras características de interesse nos trabalhos de Fachinetto, Braga e Palechor

	Fachinetto	Braga	Palechor
Título	Mudanças Processuais no Sistema de Produção de Bovinos de Corte e o Correspondente Impacto Ambiental: uma análise de trajetória	Ação de Proteção comparada do Estado Brasileiro para o agronegócio entre o início do século XX e o período recente	Análise Histórico Comparativa da Helicicultura na Colômbia
Objetivo geral	Analisar, dentro de uma perspectiva longitudinal, as mudanças nos processos de produção da bovinocultura de corte e seus impactos ao meio ambiente no Brasil Central	Comparar as formas de proteção estatal sobre as grandes <i>commodities</i> agrícolas atuais (soja e carnes) com as formas politicamente adotadas no ciclo cafeeiro do início do século XX.	Analisar histórica e comparativamente os aspectos organizacionais e institucionais da helicicultura na Colômbia, identificando fatores que influenciaram na variação da produção, no intervalo de dez anos (2003 - 2013).
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as instruções/orientações oferecidas aos sistemas produtivos de bovinos de corte predominantes nos últimos 25 anos na Região Central do Brasil. - Segmentar o período estudado, classificando os segmentos como casos, e analisar as mudanças processuais na produção de bovinos de corte, conforme publicações do CNPGC da Embrapa. - Levantar o volume de emissão de GEE e ajustar a produção, por período, e por efetivo bovino, na região estudada. - Identificar e comparar as orientações para mudanças processuais e seus impactos ambientais, ao longo dos últimos 25 anos, nos sistemas de produção de bovinos de corte. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar quais foram os fatores que levaram ao crescimento do ciclo cafeeiro entre 1870 e 1930. - Descrever quais os fatores que levaram ao crescimento dos Complexos Soja e Carnes na economia nacional, entre 1995 e 2015. - Comparar elementos que determinam a proteção estatal nos períodos correspondentes do ciclo cafeeiro e dos Complexos Soja e Carnes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar e descrever os contextos organizacional e institucional que afetam a produção de caracóis de terra (helicicultura) na Colômbia. - Identificar os elementos desses contextos num lapso de tempo de dez anos (2003 e 2013). - Comparar os achados identificados no intervalo de tempo referentes à helicicultura colombiana. - Identificar os principais elementos que culminaram na variação da produção de caracóis de terra no país ao longo dos últimos anos.

<p>Território ou SAG</p>	<p>Brasil Central: Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Território considerado é o que foi identificado pela autora como “Brasil Central” e corresponde a um espaço de predomínio da bovinocultura de corte no país.</p>	<p>O Brasil é o Território em análise, neste caso. O destaque, porém, está para os SAGs do Café, Soja e Carnes (bovina, suína e aves), que estão sob um arcabouço institucional legal nacional.</p>	<p>Territórios produtivos de caracóis comestíveis de terra na Colômbia. Compreende principalmente a área correspondente aos “Departamentos” de Antioquia, Boyaca, Caldas, Casanare e Cundinamarca.</p>
<p>Coleta de dados</p>	<p>Textos e estudos desenvolvidos e publicados pelo Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte no Brasil (CNPGC) da EMBRAPA. A referência dos dados quanto ao efetivo bovino brasileiro foi retirada das publicações anuais “Produção da Pecuária Municipal”, oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p>	<p>Para o Caso 1, a coleta de dados ocorreu no descritivo apresentado em três livros clássicos de economia política do período analisado: “Formação Econômica do Brasil” (Celso Furtado); “História Econômica do Brasil” (Caio Prado Júnior); e “Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro” (Raymundo Faoro). Para o Caso 2, a coleta de dados se deu em informações contidas nos relatórios estatísticos de crédito rural e de seguro rural, Plano Agrícola e Pecuário; Intercâmbio Comercial Agrícola; e Revista de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); na biblioteca digital do BNDES; textos disponibilizados digitalmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) (atos internacionais).</p>	<p>Pesquisa documental sobre a documentação relativa ao objeto estudado, seguido de entrevistas semiestruturadas a representantes de diversas organizações públicas e privadas: Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Agricultura, Autoridade Nacional de Licenças Ambientais (ANLA), Corporações Autônomas Regionais (CRC), Instituto Colombiano Agropecuário, Instituto Colombiano de Normas Técnicas (ICONTEC), Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), Procolômbia, Banco Agrário de Colômbia, Unidades Municipais de Assistência Técnica (UMATA), Asocohelix e Helix del Sur Colombia.</p>

<p>Casos (Trajetória)</p>	<p>Caso 1:1990 – 1994 Caso 2:1995 – 1999 Caso 3: 2000 – 2004 Caso 4: 2005 – 2009 Caso 5:2010 – 2014</p>	<p>Caso 1: Economia Cafeeira 1870 - 1930 Caso 2: Economia dos Complexos Soja e Carnes 1995 – 2015</p>	<p>Caso 1: Condições favoráveis à Helicicultura na Colômbia – 2003 Caso 2: Condições favoráveis à Helicicultura na Colômbia – 2013</p>
<p>Dimensões e variáveis de estudo</p>	<p><u>Variáveis Independentes:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manejo de formação de pastagens 2. Manejo de manutenção de pastagens 3. Integração de culturas 4. Manejo reprodutivo/melhoramento genético do rebanho 5. Manejo alimentar do rebanho 6. Estrutura física de produção 7. Sistema de gestão <p><u>Variável Dependente:</u></p> <p>Obtida pela multiplicação do número do rebanho bovino de cada período (caso) das Unidades da Federação estudadas (Brasil Central) pela média de emissão de metano produzida por efetivo bovino correspondente ao mesmo período analisado.</p>	<p><u>Variáveis Independentes:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instrumentos econômicos de favorecimento diretos aos produtores/exportadores de <i>commodities</i> (subsídios, linhas de crédito). 2. Políticas de favorecimento aos bancos públicos e privados para financiamento da produção/exportação de <i>commodities</i> (garantias). 3. Políticas macroeconômicas que favoreçam direta ou indiretamente a produção e a comercialização de <i>commodities</i> (alterações no câmbio, infraestrutura). 4. Acordos bilaterais com países compradores, audiências, câmaras ou agendas especiais que favoreçam direta ou indiretamente os interesses do setor, da produção e a comercialização de <i>commodities</i>. <p><u>Variável Dependente:</u></p> <p>Proteção do Estado para com o agronegócio. Neste caso, a variável indicou o percentual correspondente à produção dos produtos nos períodos.</p>	<p><u>Variáveis do ambiente externo:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação <ul style="list-style-type: none"> - Meio Ambiente - Exportação de produtos - Condições sanitárias de produção - Tecnologia de produção <ul style="list-style-type: none"> - Associativismo - Recursos financeiros 2. Estrutura e Gestão <ul style="list-style-type: none"> - Comercialização - Assistência Técnica <ul style="list-style-type: none"> - Logística de produtos e insumos - Capacitação de mão de obra - Economia de escopo - Alianças Estratégicas - Biomas compatíveis para a helicicultura <p><u>Variáveis do ambiente interno:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Rede <ul style="list-style-type: none"> - Grau de coesão - Estrutura organizacional <ul style="list-style-type: none"> - Instituições formais - Formato e dimensão da rede 4. Unidade produtiva <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de mão de obra - Capacidade produtiva - Qualidade do produto.

<p>Características e técnicas de análise</p>	<p>- Identificação e medição de incidência (intensidade) da divulgação de normas e recomendações técnicas em processos relativos à produção e gestão de pecuária de corte com efeito sobre o meio ambiente (impacto ambiental).</p>	<p>- Identificação e medição de incidência (intensidade) da manifestação de achados que indicavam proteção do Estado para com a produção e comercialização dos produtos das cadeias correspondentes. Para tanto, utilizaram-se técnicas de categorização temática a partir de análise de conteúdo.</p>	<p>- Desenvolveram-se “afirmações” correspondentes às variáveis e, ao serem entrevistados, os respondentes manifestaram seu posicionamento sobre a aceitação das afirmativas em função em uma escala Likert de 5 pontos, onde 1 indicava (totalmente em desacordo) e 5 (totalmente de acordo).</p>
<p>Destques entre os resultados apresentados</p>	<p>Em cada caso, foram apresentados os indicadores de intensidade (1, 2 ou 3) sobre a presença e intensidade dos achados de pesquisa. Da mesma forma, por caso, foi feito o cálculo da emissão média de Metano (principal gás de efeito estufa). Por fim, foram comparados e apresentados graficamente os resultados, por caso e por variáveis.</p>	<p>Em cada caso, foram apresentados os indicadores de intensidade (1, 2 ou 3) sobre a presença e intensidade dos achados de pesquisa. Da mesma forma, por caso, foi apresentado o percentual correspondente à produção dos produtos nos períodos. Por fim, foram comparados os resultados, por caso e por variáveis.</p>	<p>Para cada Variável foi feita a identificação da média das respostas dos respondentes em cada período (caso), bem como a identificação do grau de variação (baixo, médio ou alto) entre os períodos. Em seguida, procedeu-se à comparação entre as variáveis analisadas, indicando se há e quais eventualmente poderão ter sido determinantes ou suficientes para a variação do desempenho da atividade na Colômbia.</p>

Fonte: Braga (2016), Fachinetto (2015) e Palechor (2016).

Os três estudos apresentados no quadro 1 foram analisados de forma distinta, embora temporalmente comparados. A Matriz Booleana, porém, é comumente apresentada, permitindo a comparação dos casos e variáveis por meio de indicadores de intensidade (ou manifestação). No estudo de Fachinetto (2015), por exemplo, a comparação variáveis permitiu identificar quais estudos foram mais ou menos evidenciados em cada caso (período temporal). Foi possível ainda encontrar situações em que a combinação ou equivalência de alguma variável contribuiu para o desempenho (Variável Dependente) do sistema, identificado pela Variável Y (quadro 2).

Quadro 2: Matriz Booleana apresentada no estudo de Fachinetto (2015), em que foi considerada a incidência das Variáveis Independentes, por caso, e o Resultado da Variável Y

Caso	Variáveis independentes							Y
	MF	MM	IC	MR	MA	EF	SG	
1	2	2	3	1	2	1	2	1.880
2	2	2	2	3	2	2	2	1.996
3	2	3	3	2	3	2	2	2.361
4*	2	2	3	1	2	2	2	2.363
5*	2	2	2	1	2	2	2	2.467

*Projeção parcial do período **Projeção total do período

(MF: Manejo para Formação de Pastagens; MM: Manejo de Manutenção de Pastagens; IC: Integração de Cultura; MR: Manejo Reprodutivo; MA: Manejo Alimentar; EF: Estrutura Física de Produção e SG: Sistema de Gestão)

Fonte: Fachinetto (2015).

As informações apresentadas nos quadros 1 e 2 indicam as diferentes e possíveis possibilidades de estudos e achados que a metodologia proposta oferece. Ademais, destaca as similaridades presentes em estudos dessa natureza, que possibilitam a comparação em tempo e espaço, quais sejam: a análise institucional, a consideração temporal e a permissibilidade analítica comparada.

Ante os achados, é possível perceber que se encontra a capacidade de detectar elementos que se serviram como favoráveis ou desfavoráveis ao desempenho do sistema em um determinado período. Bem como é possível indicar a complementaridade institucional (ou de variáveis) que afetaria da mesma forma o sistema (no caso, um Território ou um SAG).

Considerações finais

A proposta deste capítulo foi oferecer ao leitor, especialmente àquele que desenvolve ou se propõe a desenvolver uma pesquisa no campo dos Agronegócios, uma ferramenta teórico-analítica de estudos sobre esta base.

Considera-se fundamental, diante dessa intenção, reconhecer o caráter multidisciplinar que o Agronegócio apresenta. Contudo, nesta proposta, salta a evidência de que tal campo analítico está em torno do homem e suas instituições – ou seja, é fundamentalmente uma característica dos estudos das Ciências Sociais.

Ainda, deve-se considerar que a proposta de pesquisa histórica comparada requer do pesquisador sua habilidade de “ver” sistemicamente tanto no tempo como no espaço. Por essa razão, vem sendo muito apreciada nos últimos tempos.

Espera-se que, diante desta leitura, a curiosidade científica seja despertada e reproduzida entre os novos e (por que não) antigos pesquisadores dos Agronegócios.

Referências

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. *In: BATALHA, M. O. (Org.). Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 01-62.

BECKERT, J. *The social order of markets*. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Societies, 2007. (Discussion Paper 7/15).

BOISIER, S. *En busca del esquivo desarrollo regional: entre la caja negra y el proyecto político*. Santiago: ILPES/DPPR, 1995. (Série Investigación. Doc 95/30).

BRAGA, Y. de C. F. *Ação de proteção comparada do Estado Brasileiro para o agronegócio entre o início do século XX e o período recente*. 2016, 137 f. Monografia. (Bacharel em Gestão de Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRISOLA, M. V. *Upgrading industrial na Argentina e no Brasil: uma análise histórica e comparada da relação entre o Estado e as associações empresariais industriais*. 2013, 424 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) –Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRISOLA, M. V.; BOTELHO FILHO, F. B. A dimensão do embeddedness na indústria do vinho: um estudo comparado entre Brasil e Chile. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v.4, n. 1, 2010.

BRISOLA, M. V.; ESPIRITO SANTO, E do. Panorama da cadeia produtiva da ovinocultura no Brasil. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE OVINOCULTURA, 3., 2003, Lavras. *Anais...* Lavras: Suprema, 2003. p. 11-24. v. 1.

BRISOLA, M. V.; GUIMARÃES, M. C. Instituições, território e sistemas agroindustriais: uma proposta de análise histórico-comparativa. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v.9, n.1, p. 207-227, 2015.

CAMPBELL, J. L. The US financial crisis: lessons for theories of institutional complementarity. *Socio-Economic Review*, New York, v. 2, n. 9, p. 211-234, Jan. 2011.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

FACHINETTO, J. D. *Mudanças processuais no sistema de produção de bovinos de corte e o correspondente impacto ambiental: uma análise de trajetória*. 2015, 118 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. *Revista Gestão e Produção*, v. 6, n. 3, p. 147-161, Dez. 1999.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. *Annual Review Sociology*, v. 33, p. 106-128, 2007.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HOGDSON, G. M. Darwinism, causality and the social sciences. *Journal of Economic Methodology*, v. 11, n. 2, p. 175-194, jun. 2004.

HOGDSON, G. M. Evolutionary and institutional economics as the new mainstream? *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 4, n. 1, p. 7-25, 2007.

IGAPORÁ. Rádio. *Caetité: reunião do território sertão produtivo* (mapa). Disponível em <<http://radios.centermedia.com/igapora/2013/07/30/caetite-reuniao-do-territorio-sertao-produtivo-nesta-quinta-feira-10-de-agosto/>>. Acesso em: 08 mar 2017.

LIMA, S. M. V. et al. *La dimensión de entorno en la construcción de la sostenibilidad institucional*. San José, Costa Rica: Proyecto ISNAR “Nuevo Paradigma”, 2001. (Serie Innovación para la Sostenibilidad Institucional).

MAHONEY, J.; RUSCHEMEYER, D. Comparative-historical analysis: achievements and agendas. In: MAHONEY, J.; RUSCHEMEYER, D. (Ed.). *Comparative-historical analysis in the social sciences*. New York: Cambridge University Press, 2006. p. 3-38.

MAHONEY, J.; TERRIER P. L. Comparative-historical analysis in contemporary political science. In.: BOX-STEFFENSMEIER, J.; BRADYH. E.; COLLIER, D. (Ed.). *The Oxford handbook of political methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 737-755.

NEVES, M. F. Método para planejamento e gestão estratégica de sistemas agroindustriais (GESis). *Revista de Administração*, v.43, n.4, p.331-343, out./nov./dez. 2008.

PALECHOR, L. E. L. *Análise histórico-comparativa da heliocultura na Colômbia*. 2016. 114 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

RAGIN, C. C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. London: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. C. Introduction: cases of ‘whats is a cases?’ In: RAGIN, C. C.; BECKER, H. S. (Ed.). *Whats is a case?*. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 1-17.

SCHMIDT, V. A. Institutionalism. In.: HAY, C.; LISTER, M.; MARSH, D. H. (Ed.). *The state: theories and issues*, 2006. p. 98-117.

SCHMIDT, V. Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse. *Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 303-326, 2008.

SCHMIDT, V. Reconciling ideas and institutions through discursive institutionalism. In.: BÉLAND, D.; COX, R. H. (Ed.). *Ideas and politics in social science research*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 47-64.

SCOTT, W. R.; CHRISTENSEN, S. M. *The institutional construction of organization: international and longitudinal studies*. Los Angeles: SAGE Publications, 1995.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing economic sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. 2th ed. New Jersey: Princeton University Press, 2005, p. 3-25.

SOUSA FILHO, H. M.; GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M. *Metodologia para estudo das relações de mercado em sistemas agroindustriais*. Brasília: IICA, 2008. Informe Técnico.

STREECK, W.; THELEN, K. Introduction: institutional change in advanced political economies. In: STREECK, W.; THELEN, K. (Ed.). *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 1-39.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

SWEDBERG, R. *Interest: concepts in the social sciences*. Berkshire: Open University Press, 2005.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Annual Review of Political Science*, v. 2, n.1, p. 369-404, 1999.

THELEN, K. *How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. New York: Cambridge University Press, 2004.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. v. 1.

ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.p. 01-22.